



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO-AUDITÓRIO VIRTUAL

DATA: 13 DE MAIO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Reunião realizada por videoconferência

- Reunião realizada por videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e com a presença da Vereadora Adriana Ramalho e dos Vereadores Isac Felix, Rodrigo Goulart, Ricardo Nunes, Soninha Francine, declaro abertos os trabalhos da primeira Audiência Pública Virtual da Comissão do ano de 2020 e a primeira da História.

Esta audiência tem como objetivo atender ao requerimento de autoria do Vereador Ricardo Nunes, aprovado na Comissão, que tem como objeto discutir a possibilidade de suspensão temporária de benefícios fiscais, principalmente das instituições financeiras que não foram afetadas em seu funcionamento devido ao estado de calamidade, tendo sido apresentado o Projeto de Lei nº 309/2020, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento e do Vereador Eduardo Tuma.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online/Auditório Virtual.

Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 9 de maio de 2020 e foi publicada em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*, no dia 12 de maio de 2020.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Philippe Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda; Rubens Rizek, Secretário do Governo Municipal; Edson Aparecido dos Santos, Secretário Municipal da Saúde; Orlando Lindório de Faria, Secretário de Casa Civil; Isaac Sidney Menezes Ferreira, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, neste ato representado pelo Sr. Adauto Duarte, Diretor de Relações Institucionais da Febraban; Dário Santos, Presidente da Associação Empresarial da Região Sul – Aesul, que também indicou para participação o Sr. Vanildo Veras, Presidente do Conselho Deliberativo, e Paulo Antonio Skaf, Presidente da FIESP, neste ato representado pelo Sr. André Marques Rebelo.

Eu gostaria que alguém da assessoria da Comissão pudesse informar como serão feitas as inscrições de todos os cidadãos e cidadãs que desejarem participar desta audiência pública. O Mário ou outra pessoa da Comissão poderia informar qual o procedimento de inscrição para esta audiência pública?

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Vereador Donato, há três inscritos pelo *e-mail* e, como sugerido pela Vereadora Soninha, também será possível fazer inscrição agora, no momento em que está ocorrendo esta audiência. À medida que forem ocorrendo as inscrições, vamos colocando no *chat* para os Srs. Vereadores irem acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim, mas isso pelo *site* da Câmara, não é? Então, pelo *site* é possível fazer a inscrição?

O SR. MÁRIO SÉRGIO HORTA – Não, pelo *e-mail* da Câmara.

A SRA. MÁRCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI – Não, não. É pelo *site* da Câmara.

As inscrições pelo *site* ainda estão abertas, assim como as manifestações por escrito também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Márcia. Então, quem quiser participar e estiver nos acompanhando deve acessar o *site* da Câmara: www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* da audiência pública na página inicial, onde haverá um roteiro para fazer a pergunta por escrito ou gravada em vídeo, que será exibido aqui.

O prazo limite para término desta audiência é às 11h, horário em que vai iniciar a reunião ordinária da Comissão de Finanças. A abertura ser dará com uma apresentação do Vereador Ricardo Nunes e, em seguida, passarei a palavra aos convidados que desejarem dela fazer uso num determinado período de tempo; caso seja necessária uma explicação maior, concederemos uns minutos a mais.

O SR. ANDRÉ MARCON – Vereador Donato, com licença. Só para informar que será exibido para o público que estiver assistindo via YouTube um QR Code, que estará exibido na tela e também poderá ser utilizado para enviar manifestações e inscrições para fala, que serão direcionadas ao *site*.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito bom. Vamos ampliar todas as

possibilidades de participação da população.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes para apresentação do PL 309/2020.

O SR. RICARDO NUNES – Bom dia a todos. Até por conta de esta ser uma audiência pública, é importante ressaltar que tudo aqui tratado ficará registrado nos Anais desta Casa *ad aeternum*. Como esta experiência de audiência virtual é nova para nós, serei um pouco didático e, apesar de muitos já saberem sobre o tema, vou fazer um cronograma com relação ao que motivou a realização desta audiência pública no dia de hoje.

Resumidamente, o novo coronavírus foi identificado pelas autoridades chinesas em 7 de janeiro de 2020, tendo a Organização Mundial de Saúde sido notificada, no dia 31 de dezembro de 2019, de casos de pneumonia com causas desconhecidas, detectadas na cidade de Wuhan, na China. Em 30 de janeiro, a covid-19 foi declarada como questão de emergência em saúde pública de interesse nacional pela OMS. Em 3 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da contaminação de milhares de pessoas pelo mundo e muitos registros de óbitos.

Desde então, uma série de ações vêm sendo tomadas pelos governos visando conter a proliferação da doença, que chegou ao ponto de transmissão comunitária, que vai além da transmissão em grupo, de pessoas que estiveram em países com notificação do vírus ou que tiveram contatos com elas, mas podendo estar em todos os lugares.

Dentro desse panorama, a cidade de São Paulo vem agindo de forma criteriosa e responsável para proteger ao máximo os seus 12 milhões de habitantes. O Prefeito Bruno Covas declarou situação de emergência na Cidade por meio do Decreto 59.283, de 16 de março de 2020, com diversas medidas, inclusive o fechamento de diversas atividades, que vigorarão enquanto perdurar o estado de emergência nos termos a Lei Federal 13.979/2020.

Com essa situação toda, evidentemente houve o fechamento de vários estabelecimentos, a suspensão de atividades de vários profissionais liberais, e a Comissão de Finanças e Orçamento realizou, no dia 22 de abril de 2020, uma reunião, para a qual foi convidado o Secretário da Fazenda Municipal, Dr. Philippe Duchateau, e esse apresentou à

Comissão de Finanças um quadro bastante preocupante, mas para não me estender muito, o principal foi a colocação do Secretário da Fazenda de uma estimativa de perda de receita na ordem de 7.1 bilhões ou no cenário pessimista de até 8.6 bilhões. Essa última frase minha, abre aspas, é do Secretário da Fazenda Philippe Duchateau.

Evidentemente que um quadro desse causou junto aos Vereadores, representantes eleitos da população da cidade de São Paulo, uma grande preocupação. Faz -se necessário tomar algumas ações. Por quê? A gente tem em média na cidade de São Paulo um valor de investimento da casa de dois bilhões, ou seja, perder sete bilhões significa você deixar de fazer investimentos, mas também afetar o custeio. Ou seja, atividades da Saúde, da Educação, da habitação, de zeladoria, fora as questões de ação para o próprio combate ao coronavírus, que é dar o atendimento a pessoas que necessitem de atendimentos de Saúde, vem sendo feito de forma bastante contundente: ampliação de leitos, ampliação de hospitais de campanha, ações de desinfecção e outras que já são de conhecimento público.

Então, houve uma decisão da Comissão de Finanças de fazer uma análise com relação ao que deveria, a cidade de São Paulo, se preparar para enfrentar esse cenário posto pelo Secretário da Fazenda.

Existe uma situação bastante complexa que é a questão econômica, principalmente os pequenos e médios comerciantes, empresários, profissionais liberais, que têm sido afetados de uma forma contundente por conta da paralisação das atividades. Essa conta de sete bilhões, em um certo momento, alguém vai ter de pagar.

Então, era necessário a gente fazer alguma ação que fosse, primeiro, justa, fosse razoável e pudesse chegar ao resultado. Dentro desse cenário, foi feito um levantamento em que se percebeu que as atividades que não foram impactadas, principalmente, foram atividades algumas essenciais, mas a principal de maior cunho financeiro e que não foi afetada, ou seja, continuam trabalhando normalmente, continuam faturando e tendo a sua vida normal foi o setor financeiro. Foi observado que esse setor possui diversos benefícios fiscais

que resultam da renúncia fiscal por parte do Município de São Paulo de bilhões de reais. Um pouco mais a frente eu vou fazer um detalhamento melhor.

Pois bem, houve o consenso da Comissão de Finanças de que não se aumentaria impostos de nenhum setor. Então, nós queremos deixar claro que em nenhum momento existe a proposta de aumento de impostos e sim de uma suspensão temporária. Gostaria de repetir: a proposta de suspensão temporária de benefícios fiscais, ou seja, são setores que gozam de benefícios fiscais e que neste momento a Cidade lhes dá a seguinte mensagem "eu estou lhe dando benefício, estou lhe dando uma condição diferenciada e neste momento não consigo manter esse benefício. Então, estarei suspendendo somente temporariamente essa questão.

Nesse contexto foi analisado, por exemplo, que o setor de *leasing*, de cartão de crédito, da alíquota de 5% está pagando 2%, um benefício fiscal bastante considerável e chega na casa da renúncia fiscal de dois bilhões de reais. Também o setor de cartão de débito, cartão magnético e também no setor da Bolsa de Valores, todos esses setores gozam hoje de benefícios fiscais. Para se ter uma ideia, o setor de cartão de crédito, setor de *leasing*, em uma lei que votamos em 2017, a Lei 16.757 que concedeu esse benefício. Portanto, eles já vêm tendo desde 2017, que esta Casa votou e concedeu.

Bolsa de Valores tem o benefício fiscal desde 2011. Portanto, o projeto de lei 309/2020, que foi amplamente discutido nesta Comissão de Finanças, que é a comissão de mérito, bem como no Colégio de Líderes por várias reuniões, na Tribuna Livre do plenário da Câmara Municipal, foi ganhando apoio quase que maciço, com poucas exceções, com relação à apresentação desse projeto, enfatizando que não se trata em hipótese alguma de aumento de impostos, mas sim uma suspensão temporária de um benefício fiscal.

Por conta disso, a proposta, no item de cartão de crédito, *leasing*, que são os itens 15.4, 15.09, da Lei 13.701, de 2003, que teve nova redação dada pela Lei 16.757, de 2017, que foi essa que concedeu os benefícios, bem como a alínea J, do inciso I, da Lei 13.701, de 2003, e teve sua alteração dada pela Lei de 2003, ele também altera a alíquota de 2 para 5%.

A proposta para este ano porque não se fala em aumento de impostos e sim de suspensão temporária, essas atividades teriam a alteração de 2 para 5% e, a partir de 1 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro, a alteração de 2% para 4%. Conforme bem dispõe o artigo 6º, a partir do dia 1 de janeiro de 2022, retorna as alíquotas atualmente praticadas de 2%. Então retorna o benefício fiscal a essas atividades.

Então, deixando muito claro que se trata de uma suspensão temporária de um benefício fiscal que a Cidade concedeu a alguns setores e não tiveram em nada afetadas as suas atividades por conta do decreto de emergência e da pandemia que vive o mundo, o País, o Estado e, em especial, a cidade de São Paulo.

Em resumo, Sr. Presidente, esse é o contexto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Muito obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Anuncio a presença da Vereadora Janaína Lima, que está acompanhando também esta audiência pública.

Queria solicitar ao representante da Aesul se deseja fazer o uso da palavra?

O SR. DÁRIO SANTOS - Bom dia senhores. Sou Dário, estou Presidente desta gestão da AESUL. Quero agradecer o convite e a possibilidade de participação.

Eu tive a oportunidade de chamar o Vanildo, que é o nosso Presidente do Conselho e tem muito mais conhecimento sobre o assunto, e eu gostaria de passar a palavra para o Vanildo expor os pensamentos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Claro. Vanildo com a palavra.

O SR. VANILDO VERAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, bom dia.

Agradecemos imensamente a oportunidade de podermos manifestar o nosso pensamento, onde representamos, aqui, pequenos empresários.

Nós sabemos que o momento é um momento delicado, um momento que requer muita sabedoria por parte de todos, não só do Legislativo e do Executivo, mas da sociedade como um todo. E nós também, como representantes da sociedade, devemos externar que, onde temos, aqui, a nossa frente de pequenos empresários, sobretudo aqueles que estão no

extremo da zona Sul, aqueles que necessitam, de fato, de recursos que hoje, de certa forma, estão afetados de forma muito direta.

O nosso pensamento, em relação ao projeto, ele trata... Eu entendi muito bem. O Vereador expôs de forma muito clara e objetiva. Nós estamos falando, aí, de uma perda de receita, manifestada pelos Secretários, de sete bilhões e há uma necessidade de investimento de dois bilhões. E, por conta disso, há o contraponto em que esse benefício fiscal, em que essa renúncia coincide com esses dois bilhões por ano. Então, a suspensão é temporária.

Eu acho que é louvável essa reflexão por parte disso, porque estamos tratando de um setor que, efetivamente, não sofreu um aperto como todas as demais categorias e principalmente aqueles pequenos. Por exemplo, vemos aqui, em nossa região, as pessoas que trabalham como manicure e vemos a agonia dessas pessoas, o desejo, a necessidade de levar o arroz e o feijão; de levar o pão, que nem sempre têm a possibilidade de levar no seu dia a dia.

Então, pensamos que esse ponto aí é um ponto que deve ser refletido, sob um aspecto, talvez, um pouco mais amplo, Presidente. E nós tomamos a liberdade e já oficiamos todos os nobres Vereadores, os 55 Vereadores, desde que começou o decreto da Prefeitura, nós estamos aqui desde o dia 16 de março... Então, têm muitas atividades fechadas agora, e pedimos, aí, uma atenção da Câmara Municipal. Nós sabemos o poder da Câmara Municipal. E, em uma cidade como a de São Paulo, precisamos também ver uma manifestação em relação a preocupação mais ampla. Nós entendemos perfeitamente o pleito e o objetivo do projeto. Mas, sobretudo, queria ressaltar aqui - e viemos também reforçando novamente, Presidente, ao senhor e também a todos os membros da Comissão -, um ofício renovando os nossos pleitos, no sentido de que é possível, sim, entendermos que não dá para ter renúncia fiscal quando temos um aperto orçamentário, que haja investimento, por parte do Executivo. Mas, por outro lado, também clamamos a atenção dos Parlamentares no sentido de apreciarem – pelo menos para debaterem – o ofício, onde pedimos o socorro para essas pequenas empresas, que têm aí necessidade efetiva no dia a dia; estão sem trabalhar, sem ter receita e

sem ter perspectiva.

E o nosso pedido é – muito brevemente aqui resumido, mas detalhado no ofício – o tratamento diferenciado para o MEI; o tratamento diferenciado também para a microempresa que tenha um faturamento de até 360 mil por ano; o tratamento também diferenciado para as empresas que tenham um faturamento de 360 mil a 1,2 milhão, e assim, também, para aquelas que tenham um faturamento de 1,2 a 2,4 milhões e, por fim, para aquelas que tenham um faturamento até 4,8 milhões.

Nós temos um quadro - que é um quadro, um tanto quanto, difícil de entender – em nossa legislação tributária, onde temos empresas que optam pelo regime tributário chamado Simples Nacional e que têm uma certa ajuda, no que tange ao ISS. Mas também temos inúmeras empresas que, por outras situações, não podem se enquadrar, não têm permissão para se enquadrarem no Simples Nacional e que, portanto, não gozam desse mesmo benefício, mesmo havendo uma previsão em nossa Constituição Federal. E, aí, o nosso clamor, Presidente, nobres Vereadores e Vereador que propõe o projeto, é que se debrucem nesses pontos do nosso ofício. Acho que têm pequenas coisas que podem ser feitas.

E aproveitando, até o ensejo dessa possibilidade de discussão da renúncia, do aproveitamento também desse implemento para beneficiar essa camada tão sofrida e tão carente, necessária, Presidente. Porque estamos falando de pessoas que precisam, de fato, levar alimento para a sua casa e prover o sustento de sua família.

Eu fico grato pela participação. Não quero me estender muito, mas gostaria realmente que houvesse uma resposta efetiva depois da Comissão, no sentido de apreciar esse nosso ofício, que traz, de forma bem separada, o que é a possibilidade de pequenas isenções, de prorrogações para esse grupo de empresários que está sofrendo tanto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vanildo. Vamos analisar, sim.

Passo a palavra agora ao Sr. André Rebelo, representando a FIESP.

O SR. ANDRÉ MARQUES REBELO – Bom dia a todos.

Bom dia, Presidente Antonio Donato, a quem dou um especial bom dia, por ter sido meu colega da Faculdade, da USP, nos anos 80. É um prazer estar contigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Só um minutinho. Se você estiver com a câmera e puder ligá-la, porque esta audiência está sendo transmitida pela TV Câmara, e porque é sempre mais interessante que vejamos a imagem da pessoa também.

O SR. ANDRÉ MARQUES REBELO – Tudo bem. Estou apertando aqui...

Eu nunca havia usado esse tipo de sistema. Eu estou apertando aqui e não sei se tinha de ter feito alguma configuração na entrada. Eu não consegui ligar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não há problema, mas estamos conseguindo ouvir bem a sua voz. Então, pode continuar a sua intervenção.

O SR. ANDRÉ MARQUES REBELO – Ok.

Então, bom dia aos Vereadores e Vereadoras. Bom dia ao Vereador Ricardo Nunes, que é um companheiro que está sempre presente conosco.

A FIESP tem um trabalho profundo de mapeamento do que chamamos de Custo Brasil. Então, os custos que os produtores enfrentam - e que acabam tirando a sua competitividade -, são custos que só existem no Brasil. Um deles, o principal, é a tributação e o segundo é o custo do capital, os juros. Quem cobra esses juros, bastante elevados, são as empresas financeiras. O (ininteligível – falha na transmissão) e o cartão de crédito também fazem parte desse rol de empresas. E, portanto, em um momento de necessidade, a redução do benefício fiscal para essas empresas, que ganharam bastante dinheiro no passado já, tende a ter o apoio das pessoas que se sentem prejudicadas pelos altos juros no Brasil. Mas precisamos de uma abordagem um pouco mais ampla.

Acho que, em primeiro lugar, existem outras renúncias bastante passíveis de gerarem esses recursos.

Em segundo lugar, existem outras transferências de recursos da União Federal e do Estado que possam ajudar a reduzir essa perda de arrecadação do Município. E, aí, também, há uma questão que o próprio Município, ao proibir as atividades, automaticamente

proíbe a arrecadação. É uma escolha. Temos muitas pessoas querendo trabalhar, precisando trabalhar, e não podem. E por quê? Porque houve uma escolha política de restringir a circulação das pessoas.

Então, toda escolha tem a sua consequência. Então, optamos por um nível de atividade muito menor e, portanto, uma arrecadação menor. Então, o que vamos fazer para acomodar essa arrecadação menor? Não é só pensar em aumentar a arrecadação. O que tem de gastos que podemos cortar para acomodarmos essa arrecadação? Porque hoje as famílias dos munícipes, as empresas, estão todos também cortando benefícios, cortando gastos, revendo toda a sua estrutura. Por quê? Porque não têm dinheiro.

Reduziram as vendas das empresas, reduziu a renda das famílias, muitas pessoas perderam o emprego, outras pessoas tiveram redução de jornada, tiveram suspensão de contrato, ou são comissionadas e não estão recebendo. Está todo mundo revendo seus gastos para baixo.

Quais são os gastos possíveis de serem revistos por parte da Prefeitura que podem ser deixados para depois? Aquele gasto que é supérfluo, que a gente pode abrir mão, e assim gerar parte desses recursos necessários.

Quando se fala de orçamento, tem que haver uma abordagem geral, e não só da perda da arrecadação. O Município optou por reduzir a atividade, automaticamente optou também pela redução da arrecadação. Ao ter uma arrecadação menor, a gente tem que pensar que também tem que rever os gastos, e a abordagem tem que ser geral.

Podemos rever benefícios fiscais também? Podemos. Mas eu acho que, por uma questão de princípio, a gente, primeiro, precisa saber o seguinte: Qual a incidência? Quem vai pagar a redução do benefício fiscal? Qual o impacto ao usuário? A gente precisa de uma abordagem maior para ver o efeito final na população.

Outra coisa, a gente tem outros benefícios que poderiam ser suspensos e ajudar nessa situação? Não só os financeiros. Então, a minha sugestão é de fazer uma abordagem maior, mais ampla: ver todos os benefícios fiscais, ver todos os gastos da Prefeitura, todos os

gastos do Município que são passíveis de revisão e redução. Porque hoje as empresas, em geral, tiveram uma redução de 20%, 30% das suas vendas, dependendo do setor, e não conseguem rever os custos. Então está todo mundo procurando forma de se adequar a esse novo mundo que existe hoje com a pandemia.

Portanto, esse é um bom momento para todos os níveis de Governo também repensarem nos seus gastos, e não só na arrecadação, que isso gera um comportamento cômodo para o setor público, que sempre que há uma ação inesperada passa a conta para o contribuinte. Por mais rentável que seja a operação do contribuinte, isso terá um impacto. Então, se viu o benefício fiscal, é porque tinha algum sentido. Qual o sentido de tirar o benefício fiscal agora? Por que só esses setores? Por que não revermos também a estrutura de gastos total do Município?

É o momento em que todos estão fazendo esforços, estão revendo a sua rotina, revendo seus hábitos, revendo suas decisões de consumo, de gasto; portanto, acho que todos os governos do Brasil e a Prefeitura de São Paulo, em particular, deveriam fazer esse esforço.

Qual é o gasto que a gente vinha fazendo que não é tão prioritário agora? Qual economia que posso fazer nesse momento, para deixar de fazer um certo gasto e remanejar esses recursos para a saúde e para outras coisas que a gente precisa?

É um momento de reflexão. As pessoas estão mais em casa, mais reclusas, e é um momento de se pensar não só num problema emergente, mas pensar num todo e rever hábitos, rever gastos desnecessários, para a gente atravessar esse período.

A sugestão da FIESP é um balanço geral de arrecadação e de gastos, e não só passar a conta para um determinado setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. André.

Eu queria passar a palavra agora para o representante da Febraban, Sr. Aduino Duarte.

O SR. ADAUTO DUARTE – Sr. Presidente, bom dia. Cumprimentando o

Presidente Antonio Donato, todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, todos Vereadores presentes; o relator, Vereador Ricardo Nunes; o representante da Associação Empresarial da Região Sul; também o representante da FIESP, Dr. André Rebelo.

Nós também analisamos sob o ponto de vista de um momento. Qual é o momento que São Paulo, o Brasil e o mundo estão vivendo? Neste momento, o foco está na vida, o foco está na saúde, então, por isso a decisão deste momento foi criar o distanciamento, controlar a circulação; e as pessoas têm a preocupação de perderem o emprego, mas também têm a preocupação de ficarem doentes e de serem atendidas de forma adequada.

Então, neste momento de redução da circulação, neste momento de investimento na própria saúde, as pessoas sabem que têm o risco de perderem o emprego, e muitas estão perdendo o emprego. Aquele comerciante que está com as portas fechadas também está preocupado porque ele sabe que tem a dificuldade hoje para sobreviver, para manter o negócio dele, para manter a família dele, mas ele terá também no momento seguinte.

Então, este é um primeiro momento diferenciado. Vamos chamá-lo de primeiro momento, que acho que é sobre o que o Dr. André falou: é um momento de balanço geral. É nesse momento que se começa a fazer esse balanço.

Sr. Presidente, a gente começa esta audiência cumprimentando por ser a primeira audiência pública de diálogo social por meio virtual. Ou seja, a Câmara dá um sinal muito claro, por meio de abertura para o diálogo, a promoção do diálogo, como forma de enfrentamento dos temas de necessidade da sociedade. Portanto, eu queria cumprimentar a Comissão por abrir para o diálogo social essa que parece ser uma prática adequada para conduzir os temas emergenciais, afinal estamos fora de todos os modelos. A pandemia trouxe uma mudança de modelo e mudança de hábito e de comportamento.

Agora voltando à situação de cada cidadão, eles estão vivendo um momento separado. E o poder público no mundo todo tem feito algumas iniciativas. O Insper acaba de divulgar um estudo sobre essas iniciativas. Nessa fase em que as pessoas estão com muita dificuldade de pagar as suas obrigações, como disse a Aesul, seja o MEI, ou empresa de

pequeno valor, a microempresa, o que está acontecendo no mundo? A primeira medida que está acontecendo em 43 países e diferimento de tributo. A segunda é a redução da carga tributária a 16%; a terceira é o diferimento de obrigações acessórias, redução de encargos moratórios e até devolução de tributos.

Esse primeiro momento está dedicado a ajudar as empresas a sobreviver, ajudar as pessoas a sobreviver. Por isso, o programa de suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada de trabalho são medidas para tentar proteger as pessoas nesse momento, enquanto elas dão atenção máxima à proteção da sua própria saúde.

Então esse é o momento que nós vivemos.

A proposta trazida aqui tem, no artigo 16, um aumento imediato da carga tributária, neste momento, de 150%. Esse aumento de 2% para 5% no tributo traz um questionamento.

Primeiro, esse aumento vai num sentido contrário a tudo que está sendo praticado nesse momento em que há uma retração da demanda porque as pessoas estão em casa. Então, com essas pessoas em casa, está aumentando o tributo, que é um contraponto àquilo que são as práticas do resto do país e do mundo.

Os 150% de aumento imediato do tributo afeta quem? Essa foi uma pergunta colocada nesta audiência pública. Quem vai pagar isso? E para poder falar disso, nós temos que entender quais são os produtos.

Como foi dito aqui, estamos falando daqueles que utilizam cartão de crédito; estamos falando das empresas de *leasing*, da bolsa.

Vamos falar de cartão de crédito; quem são as empresas de cartão de crédito.

O tributo que está sendo aumentado 150% é aquele que o cidadão paga no momento em que ele utiliza aquela maquininha. E todo prestador de serviço, hoje, o comércio, inclusive, tem a maquininha. Então quem é que tem o cartão?

As empresas de aviação têm cartão. Todos nós sabemos que, hoje, dificilmente decola, um avião, pousa, um avião. Nós sabemos que o varejo, que tem grande presença na cidade de São Paulo, que é o varejo de vestuário, de sapatos, e de bens em geral, todos eles

têm o seu cartão. Então nós estamos falando de Lojas Renner, Riachuelo, Magazine Luiza. Todo comércio tem o seu cartão. E onde é o pagamento? Onde é que sobe o tributo? Sobe exatamente no momento em que a pessoa coloca o cartãozinho, insere o seu cartão na maquininha. Ao colocar na maquininha, ele está gerando o tributo. Então é sobre a prestação de serviço. É a distribuidora da maquininha que está, ali, naquele momento, sofrendo isso. Esse aumento vai para esse grupo, que não é o banco, não é aquela empresa, está indo lá naquela maquininha, naquele momento, para aquelas distribuidoras do cartão. Então quem é aquele proprietário da maquininha, quem é o dono da maquininha? É o próprio comerciante. Justamente, a manicure, a pedicure, o barbeiro, aquele que vende uma roupa. E não somente na prestação de serviço, mas na venda: usou a maquininha, está gerando tributo. Veja bem o efeito disso, Sr. Presidente.

Por outro lado, quando se fala da bolsa, nós temos que lembrar que a bolsa aqueles local onde as empresas vão para buscar um dinheiro diretamente com pessoas que acreditam que a ação pode aumentar; ou seja, aquelas pessoas querem ser sócias da empresa, de alguma forma, compram uma ação da empresa. É uma forma de capitalização, é uma forma de buscar, sem ir ao sistema financeiro buscar um empréstimo; você pode lançar uma ação na bolsa. Então estamos aumentando o custo para aqueles que vão colocar uma ação na bolsa. E nós sabemos a situação da Bolsa, no momento, quantos pontos ela caiu.

E o *leasing* também nós conhecemos. Muitas vezes, é utilizado por aquele frotista de automóvel, aquela pessoa que vai comprar um carro para poder fazer algum tipo de serviço. Então estamos aumentando, para aquele cidadão, o custo. E qual o efeito prático? Quem paga essa conta e o que vai acontecer?

Quem paga a conta é o cidadão que mora na cidade de São Paulo. Porque quando ele comprar um produto, o imposto vai ter aumentado 150%. Quem vai pagar aquele imposto? Ele. E o que vai acontecer, já que é o cidadão que paga aquele tributo? Porque ele vai pagar à medida em que usar o cartão. O que vai acontecer, como todos nós sabemos, cada vez que nós vamos pagar um tributo, é alguém oferece uma maquininha para nós e dizer o seguinte:

“Você quer usar essa maquininha ou essa maquininha?” Então aquele pequeno empresário, manicure, salão de cabelo...

Vamos separar os momentos novamente. Num primeiro momento, as pessoas estão em casa, os comércios estão parados, estão funcionando somente as áreas de saúde, transportes. Neste momento que a saúde funciona, o tributo aumentando já, quer dizer o seguinte: que, nesse momento, todo o serviço de saúde que as pessoas estão comprando vai ficar mais caro porque ele vai usar o cartão para pagar. Então nós estamos encarecendo para o consumidor final todos os produtos relacionados à saúde nesse momento que as pessoas estão utilizando e também nos supermercados. No momento subsequente, aquela empresa que está fechada, que não é de saúde, que não é de farmácia, que não é de transporte, vai querer abrir as portas. E o pequeno comerciante vai dizer o seguinte: “Eu vou abrir a minha porta, e eu gostaria que as pessoas viessem até mim. Mas eu sei que as pessoas estão com dificuldade porque perderam emprego ou porque ficaram com uma renda menor. Eu preciso dar um desconto”. E, nesse momento, ele se dá conta de que ele vai ter que aumentar o preço para poder pagar o tributo. E aí aquele cabelereiro, aquele pequeno comércio, vai fazer o quê? Ele vai pegar a maquininha que, hoje, ele oferece para a pessoa duas, três maquininhas, e vai oferecer qual maquininha? Aquela que o produto é mais caro ou a maquininha onde passa o cartão de outra cidade ou de outra região do Brasil onde o tributo não foi ampliado, não foi aumentado? Se ele oferecer a maquininha cujo preço é menor, ou seja, que não teve aquela incidência do tributo – porque pode ser que aquele comerciante fale: “Não, eu não vou dar um preço maior porque eu não vou conseguir vender o meu produto ou fazer a minha prestação de serviço. Eu vou oferecer, para ele passar o cartão, a maquininha que eu sei que eu não vou ter que aumentar o preço”. Ao fazer isso, ele está afetando a arrecadação do ISS. Ele faz o efeito contrário para a economia. A arrecadação do ISS de 2019 foi de 17 bilhões. Então qual o risco que nós temos? Quando aquele pequeno comerciante, para proteger o seu negócio e conseguir conquistar novos clientes, voltar a ter o cliente na sua loja, tiver que escolher a maquininha de cartão, se ele escolher a maquininha de cartão que não teve aumento de

imposto onde a empresa está sediada, ele está reduzindo a arrecadação de imposto de ISS para a cidade. Por outro lado, se ele entrega a maquininha cuja empresa está sediada em São Paulo, ele está aumentando o preço para aquela pessoa pagar. Será que o consumidor vai pagar? Essa é uma dúvida. Se ele optar por entregar a maquininha que é a maquininha onde a pessoa passa o cartão, mas de uma empresa sediada fora de São Paulo, o que isso está fazendo? Reduzindo a arrecadação do Estado de São Paulo. Esse é o efeito número um.

Efeito número dois: ele está afetando o faturamento das empresas. Somente as empresas de cartão de meios de pagamento... Lembrando que nós estamos falando de cartões de aviação, de varejo, das lojas de varejos em que as pessoas compram no centro da cidade, por exemplo. Estamos falando de cerca de 150 mil empregos diretos formais. Ou seja, estaríamos, ao reduzir a utilização do serviço dessas empresas, não somente afetamos a arrecadação do ISS como colocamos em risco os empregos dessas pessoas, porque eles vão optar por pagar um imposto... Quando um cidadão paga um imposto menor na maquininha que tem imposto menor, ele está escolhendo uma empresa de outra região. Isso nos chama a atenção para um terceiro risco: quando você amplia um tributo em 150%, exatamente no momento mais crítico da crise... Qual que é o momento mais crítico? O atual, com certeza. O crescimento, o pico epidemiológico, a necessidade de internação. E o segundo momento mais crítico? Quando a curva epidemiológica começa a descer e você precisa, com medo, abrir um comércio; e a pessoa que é o consumidor, com medo, entrar no comércio e sem dinheiro. E aí nós vamos entrar em outras pessoas que estariam tendo esse aumento de tributos: as *fintechs*, os bancos digitais. E nós sabemos, não somente as credenciadoras que distribuem os cartões ou os cartões de varejo, os bancos digitais.

Nós sabemos que, hoje, em termos de *fintechs* e os bancos digitais, São Paulo está disputando com outras grandes regiões metropolitanas e outras grandes capitais a sede de polos. E São Paulo tem ido bem nessa disputa. Embora saibamos como é difícil fazer com que todo polo de *fintechs* e bancos digitais sejam em São Paulo, nós vamos criar uma dificuldade para todas as *fintechs* e bancos digitais. Lembrando que alguns bancos digitais e *fintechs*

praticamente têm como carro chefe um cartão que é distribuído por uma distribuidora. E se o cliente fugir para não pagar mais tributo, para não pagar uma conta maior, quem está perdendo também é aquela empresa.

Então, essa empresa será penalizada. E, hoje, nós sabemos que não deveríamos utilizar essa ferramenta para poder favorecer a atração e a mobilidade de *fintechs* para outros polos fora de São Paulo. Nós temos que trazer e reter as *fintechs*, temos que reter os bancos digitais em São Paulo. E o mundo mudou. Eu acho que essa reunião é a prova disso. Nós estamos fazendo a primeira audiência virtual de uma Comissão de Finanças e Orçamento de uma Prefeitura, um Município poderoso como São Paulo.

Pois bem, até antes da pandemia a gente não podia imaginar uma hipótese dessa. Como é que nós iríamos discutir tributo, finanças e orçamento, numa audiência digital.

O que aconteceu no mundo: milhões de trabalhadores da cidade de São Paulo estão em casa hoje porque nós descobrimos que é possível trabalhar remotamente, por teletrabalho. É possível utilizar a nuvem.

Então, as *fintechs* e os bancos digitais têm a nuvem. Eles podem operar de qualquer localidade. Qual é o exercício que as empresas estão fazendo neste momento, não estou falando do sistema financeiro nem das empresas de cartão, dos varejistas, que atendem em seus comércios por meio de cartões, estou falando de todas as empresas. Elas estão pensando em custos, como o Economista André Rebelo falou.

Ou seja, qual é a preocupação: eu vou precisar abrir minhas portas de novo e sei que essa curva epidemiológica pode descer devagar e que até termos uma vacina, temos um risco de contaminação.

Então, qual é o racional utilizado para isso: se eu tenho um risco de contaminação durante um tempo e tenho pessoas demitidas e outras com renda reduzida, quer dizer que eu terei dificuldades para vender meu produto e de prestar meu serviço. As pessoas começam a pensar em como reduzir os seus custos.

Como é que vou reduzir o custo? Tiro a empresa daqui e vou produzir em casa,

entregar o ponto? Vou pedir uma renegociação de aluguel, mudar para outra cidade? E todo mundo descobrindo que pode trabalhar na nuvem. A grande descoberta da pandemia é que nós quebramos o paradigma de que é possível ter contatos por meio digitais. É possível estabelecer relações comerciais que não as tradicionais de compras, de 5 ou 10% por meios digitais.

Então, a reflexão que nós gostaríamos de trazer, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, é, primeiro: elogiá-los pela iniciativa de abrir o debate. Segundo: dizer que esta conta no mundo, todos optarão por um terceiro momento.

O que é o terceiro momento? Vai haver um momento em que as empresas e os Poderes Públicos do mundo todo vão começar a discutir o seguinte: se o foco inicial era a saúde, o bem-estar, manter o emprego, reduzir tributos, em algum momento vai haver a discussão de como é que vai ser paga essa conta para todo lado. Nós vamos conseguir reduzir custos? Isso vai ser aumento de tributos?

Os primeiros estudos que estão sendo feitos em vários Municípios do mundo são: será que não é possível reduzir mais tributos, será que não é possível pensar só nas despesas, como falou o André, será que não é possível fazer diferente aquilo que nós fazemos?

Mas este é o momento de início de balanço geral, o qual os grandes Municípios do mundo, Estados e Países, estão discutindo e vão discutir isso durante seis meses, um ano, dois anos, porque nós vamos continuar com um processo difícil na saúde. Isso trazendo medo para o consumidor até o momento em que nós tivermos uma vacina. Com certeza, nós não queremos que as pessoas sejam infectadas. Queremos que as pessoas tenham saúde. Por isso, temos que esperar que alguém crie uma vacina, uma solução, rapidamente.

Então, o desafio aqui é encontrar soluções, mas esta do aumento do tributo – é importante deixar claro – ele é pago pelo consumidor e pode trazer grandes riscos para a arrecadação e grandes riscos também para a atividade econômica.

Daí, volto a dizer: são distribuidoras de cartão, que, no final, o dono da maquininha, aquele que paga o tributo é o cidadão, daí, quem vai decidir se ele vai pagar um tributo para

uma empresa de São Paulo ou se vai ser outra empresa que tem um preço menor fora daqui é o pequeno comerciante que vai entregar a maquininha a ou a maquininha b.

Presidente, obrigado.

Estamos à disposição de todos.

Mais uma vez, agradecendo e parabenizando por essa iniciativa de abrir o diálogo social.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Aduino.

Eu queria propor o seguinte encaminhamento: como é a primeira audiência pública virtual, nós temos apenas três pessoas inscritas. Para não correremos nenhum risco de que elas não falem, ou por problema técnico ou porque se estendeu a fala dos Vereadores, eu gostaria de ouvi-las, por três minutos, cada uma. Depois, abro o debate para os Vereadores, e, se der tempo, a gente faz uma rodada final com os convidados.

Pois não, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – A ordem que o senhor colocou é perfeita, mas só para não perder a linha com relação ao raciocínio, eu poderia fazer uma pequena colocação para o Sr. Aduino? Aliás, é uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Claro, mas desde que ela não se estenda num debate.

O SR. RICARDO NUNES – É muito objetiva. Eu prestei muita atenção no que o Aduino colocou. Agradeço pelas colocações, mas ele fala como se essa suspensão temporária do benefício fiscal, quem fosse pagar a conta seria o consumidor final.

E a pergunta é a seguinte: em um certo momento, por exemplo, em 2017, nós reduzimos em 150% o imposto desses setores. Se a Febraban tem algum levantamento - que nós não achamos -, no sentido de que foi repassada essa diminuição dos impostos, desses benefícios fiscais, para o consumidor final?

Ou seja, se lá na maquininha da ponta foram pagos 150% a menos? Porque o que a gente tem de levantamento é que essa redução dada pelo incentivo fiscal acabou gerando o

maior lucro para as instituições e não, para o consumidor final. Então, se ele tiver um documento que comprove que reduziu para o consumidor final, só para fazermos o caminho correto, de não dizer, agora, neste momento, vai cair para lá, porque quando foi dado o benefício, este não foi dado para o setor onde está a maquininha na ponta.

Era essa a consideração, para sermos justos aqui no diálogo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Sr. Adauto, em um minuto, por favor, porque quero passar para os outros inscritos.

O SR. ADAUTO DUARTE – Sim, perfeito. Eu acho extremamente importante a colocação do Vereador Ricardo Nunes. E coerente. É importante a gente retomar o tema das maquininhas. Quando nós temos duas maquininhas com empresas de lugares diferentes, essas maquininhas determinam, ou seja, quem determina o preço de um produto é o cliente. Se você vai comprar um carro, vai comparar carros que estão na mesma situação e vai dizer: eu quero esse e não, esse. Então, quem determina o preço de um produto quando ele é idêntico é o próprio consumidor. Quem é o consumidor, hoje, dessa tarifa, desse ISS? Ele é aquele pequeno comerciante que é o dono da maquininha. Então, se aquele comerciante tivesse tido um aumento no preço porque – veja bem, a maior parte dos concorrentes daqueles prestadores que estão em São Paulo, a maior parte desse serviço não está na cidade de São Paulo. A maior parte dos concorrentes está fora.

O que aconteceu é que não houve um aumento de preço. Hoje, quando ele oferece duas maquininhas, três ou quatro, na verdade, ele te pergunta, Ricardo: Sr. Vereador, eu tenho três maquininhas – um sapateiro, hoje, tem maquininha -, qual você quer usar? Esse preço não aumentou para ninguém. Então, você conseguiu manter.

O que acontece quando você aumenta uma carga tributária de uma empresa é que ele vai escolher a maquininha de outra região do País, de outra cidade do Brasil, porque a taxa, a alíquota do ISS é igual. Na medida em que ela é igual, você tem um tratamento igual no preço que ele oferta ao cliente final dele.

Então, no fundo, nós só estamos discutindo, realmente, preço de produto que é dado para o cliente final e para aquele que paga o tributo, que é quem? O pequeno comerciante, o grande comerciante, o varejista, inclusive, aqueles que vendem produtos, porque eles também utilizam. Você pode comprar um veículo e pagar uma parte com a motocicleta, paga uma parte com o cartão. Quem está pagando isso? O proprietário da maquininha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Aduino.

Eu vou passar a lista de inscritos, antes, quero registrar a presença do Vereador Atílio Francisco, membro desta Comissão também. A primeira inscrita é a Sra. Julia Maria Lillo do Nascimento. Eu gostaria que a nossa assessoria pudesse colocá-la para fazer sua pergunta ou sua colocação. (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) – Vereador, ela está presente na reunião, mas talvez não esteja conseguindo falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, vamos passar para a inscrição número dois e, caso consiga se conectar, voltamos a ela.

Tem a palavra o Sr. Fabio Marciano dos Santos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Ele não está presente, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A inscrição número três é a do Sr. Ricardo Lovaglio Bezerra. Alguma informação?

A SRA. MÁRCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI – Ele está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, por favor, peça para ele fazer sua colocação. Sr. Ricardo Lovaglio? (Pausa)

Bom, nós vamos fazer o seguinte: a assessoria tenta fazer contato com essas três pessoas para ver se é possível recuperar a fala delas, pois seria muito importante para nós. Enquanto isso, vou passar à inscrição dos Srs. Vereadores e assim que eles estiverem...

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem mais um inscrito. Ele foi inscrito agora durante a reunião, o Sr. William Silva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ele está presente? Então, pode falar, se estiver presente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Ele está saindo. Saiu da reunião, algum problema deve estar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Então, assim que tiver alguém habilitado, peço que a assessoria me informe. Quero ver quais Vereadores têm interesse em fazer uso da palavra.

O SR. ANDRÉ MARCON – Só uma observação, Vereador. Vou pedir para os inscritos que estiverem presentes, se alguém estiver ouvindo, tentar habilitar o microfone. Tem o risco de alguém estar tentando falar e não estar conseguindo ligar o microfone. Na tarja principal do programa tem um ícone de microfone riscado, estava todo mundo mudo para não gerar ruído na reunião. Mas, se alguém estiver tentando falar e não conseguindo, a gente recomenda tentar ver se o microfone está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está ótimo. Então tem o ícone do microfone, é só clicar em cima do ícone que ele desbloqueia. Algum dos quatro inscritos: a Sra. Julia Maria, o Sr. Fabio Marciano, Sr. Ricardo Lovaglio ou o Sr. William Silva me ouvem e desejam fazer uso da palavra neste momento? Ricardo, o senhor tem a palavra por três minutos.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA – Bom dia, eu queria agradecer a oportunidade de participar dessa audiência histórica, audiência virtual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Mais histórica ainda é que o senhor é o primeiro a fazer uso da palavra na audiência pública, como cidadão.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA – Vai ficar na história, hein? Então, eu queria falar que sou totalmente a favor do PL, agora que vai ser temporária, não vai ser definitiva a cobrança de imposto. É um abono que dá para... Alô?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Estamos ouvindo bem, pode continuar.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA – Estamos nos adaptando. Com essa pandemia, o que eu queria falar é a respeito de que tudo o que a Prefeitura arrecadar está concentrando na área da saúde. A gente faz parte do conselho tutelar e tem muita criança, muita

família procurando a gente na área da alimentação também. O cartão merenda, pela Secretaria Municipal de Educação, parece que não chegou a todos. Muitas mães vêm reclamar que não tiveram acesso. Então, parte dessa arrecadação, que é para a pandemia, eu queria saber se vai totalmente para a saúde ou se vai para a educação, para a alimentação, enfim, para outras áreas que estão sendo afetadas com essa pandemia também.

Desculpe pelo áudio, é que estou ouvindo totalmente ao contrário, está difícil de me adaptar. Mas, não sei se o meu recado foi dado, Antonio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Foi sim. Muito obrigado, Ricardo. O recurso que a Câmara já disponibilizou e aprovou aqui é para a área da saúde, naturalmente. Mas, também para a assistência social e para outras áreas de combate à pandemia, inclusive a Câmara tem insistido muito para que tenha um esforço na questão da alimentação, tanto das famílias, quanto das crianças. Hoje, o Secretário de Educação estará ao meio-dia na Comissão de Finanças, esclarecendo a distribuição do Cartão Alimentação, como bem você disse.

O SR. RICARDO LOVAGLIO BEZERRA – É exatamente isso que eu queria falar, sobre o Cartão Alimentação. Eu ouvi que ele vai estar na reunião, se ele puder explicar, porque muitas mães vêm até o conselho. Como ter acesso a esse cartão? Pelo que a gente entende, o cartão vai direto para a residência da pessoa. Então, a pessoa fica lá esperando e a gente sabe que em muitas comunidades o endereço é o mesmo para todos. Então, fica difícil eles receberem e aí volta para a escola e a escola está fechada. Eu acho que conversar com o Secretário da Educação como melhorar essa comunicação com as mães que estão, muitas vezes, esperando esse cartão merenda para o alimento de seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É isso, Ricardo. Nós vamos discutir isso meio-dia, você pode acompanhar pelos auditórios *online* do *site* da Câmara, pois vai ser transmitida a reunião. Muito obrigado, Ricardo.

Mais algum inscrito? William Silva, pode fazer uso da palavra.

O SR. WILLIAM SILVA – Olá, bom dia. O meu nome é Willian, eu represento a comunidade de *startups* de São Paulo. É um grupo de comunidades de empresas digitais, de

negócios digitais. Venho com bastante preocupação – até eu estava explanando com outras pessoas ontem –, mas Tel Aviv; Bangalore, na Índia; sei lá, Seul, na Coreia do Sul; Cingapura; todas essas cidades estão se transformando e se consolidando com parques tecnológicos, gerando emprego, renda e desenvolvimento para a sua população e a economia local.

São Paulo, na década de 70 e 80, era um polo industrial por meio de burocracia, um sistema tributário complexo e o aumento também da carga tributária e outros motivos de juros, etc. passou – a cidade de São Paulo especificamente – por um processo de desindustrialização, até por conta de uma infraestrutura. E se consolidou o mercado financeiro, se fortaleceu o mercado financeiro, gerando emprego.

Eu acho que o maior dano, o maior prejuízo que teremos serão as perdas de empregos. Eu me preocupo muito que muitas dessas *fintechs*, agências, corretoras, empresas de serviços financeiros migrem para outras cidades, outras regiões, agravando ainda mais, porque é natural que teremos um momento de desemprego na área de serviços e comércio.

E se a gente se concentrar em onerar, cobrar a conta das empresas responsáveis por gerar emprego e renda e, indiretamente, por meio de empresas de serviços ou de tecnologia, elas podem sair de São Paulo porque outras cidades dão incentivos fiscais, e isso é muito preocupante para uma cidade com 12 milhões de habitantes. Existem planos de compensação do Governo Federal, há algo tramitando no Congresso para compensar Estados e Municípios, mas o mais grave é que o processo de recuperação dos empregos, que estão sendo perdidos ou que serão perdidos nos próximos meses, é muito mais lento, e isso pode gerar danos e um problema social muito grave. Acredito que apenas aumentar impostos especificamente de um setor, de um nicho, não faz sentido. Acho que é melhor um aumento menor para todos os setores do que escolher um setor e aumentar de 2% para 5%, um aumento exponencial, prejudicando um setor, que poderá com tecnologia, com informática ir para outras regiões, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, enfim, operar em outras regiões porque é estratégico para essas empresas devido o volume de negociações, de transações que elas fazem, estar em ambiente adequado, num ambiente econômico simplificado, enfim, com

incentivos devido ao volume de negócios transacionados, devido às operações transacionadas.

Vejo com muita preocupação escolher um setor e dizer: esse setor será prejudicado por conta da atual situação, que é uma decisão política, uma decisão de governo, de Estado. Acho melhor que haja aumento de ISS para todos aqueles que têm benefícios ou redução. Para mim, isso é mais lógico, pensando que São Paulo não conta mais com um parque industrial - que ainda é importante, mas não como era antes – que talvez seja insuficiente para 12 milhões de habitantes, afora que tem a região metropolitana, e também devido ao agravamento por conta do desemprego e da perda de empresas que vão fechar, do comércio e do setor de serviços.

Essa é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, William. A Julia nos informou que está conosco pelo computador, mas não tem mais perguntas, já foi esclarecido.

Estão encerradas as inscrições do público para a audiência pública.

Passo então a palavra para a Vereadora Soninha Francine, primeira inscrita do bloco de Vereadores. Depois terá a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Obrigada, Vereador; obrigada aos presentes. Vou comentar algumas falas.

Foi dito, mais de uma vez, que temos de rever os gastos em vez de só buscar aumentar a receita. Vocês ficariam surpresos se vissem o volume de gastos rígidos existentes no Orçamento Municipal. Assim, a margem de gasto variável, que permita investimento, por exemplo, é muito pequena. Nós temos uma despesa com folha de pagamento que não tem qualquer condição de ser reduzida, e ainda tendo a necessidade de aumentar alguns salários. Os profissionais da Prefeitura de nível, os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos, depois de vários anos de trabalho, têm salários de sete mil reais. Temos uma grande massa de trabalhadores, fundamentais ao funcionamento da máquina pública, que ganham dois, três mil reais. A gente vive perdendo bons profissionais para o setor privado. E ainda precisamos fazer muitas contratações para muitas áreas. Temos também uma geração inteira de profissionais se

aposentando e uma necessidade premente de concursos públicos para contratar: assistentes sociais, geólogos, professores, e teríamos de aumentar a disponibilidade de vagas.

Então, mais do que convido, eu solicito que façam uma análise inclusive para nos ajudar, com conhecimento de fora, para ver de que maneira conseguiríamos reduzir gastos que, na verdade, clamam, em muitos casos, por aumento. Eu estou falando de gastos e não de investimentos, e nós precisamos de muitos investimentos, mas agora precisamos abrir mão de muitos deles, por exemplo, quando redirecionamos recursos dos fundos, do Fundurb, do FMSAI, que podem ser investidos em obras importantes de infraestrutura, saneamento, habitação. Precisamos abrir mão, temporariamente, desses recursos, que depois poderão retornar aos fundos, mas que agora serão direcionados às emergências da Covid-19.

Temos o subsídio do Transporte e, às vezes, as pessoas se dirigem a ele como sendo para as empresas, mas, na verdade, é ele que suplementa a arrecadação da tarifa. Do contrário, se o subsídio for menor, a tarifa terá de aumentar. O custo de cada passageiro é de seis, sete, oito reais, e temos as gratuidades para os idosos, para estudantes.

Então, reduzir gastos em condições normais, já é muito difícil. Podem acreditar que nós olhamos para isso, nós, e os Vereadores da Comissão de Finanças, a Secretaria da Fazenda apertada com torniquete.

As aposentadorias, agora com o aumento da contribuição, ano passado, de 11% para 14%, e o correspondente aumento da contribuição patronal - que é o dobro da contribuição do servidor - esse foi um processo doloridíssimo. Continuamos tendo de aportar, além da contribuição patronal, ainda mais alguns bilhões por ano. Os Vereadores devem saber o número de cor, eu não tenho certeza, mas são bilhões por ano para complementar o pagamento de pensões e aposentadorias, além das contribuições.

Como se não bastasse, estamos em um momento de despesas adicionais brutais. As mais visíveis são as despesas com a Saúde, com a aquisição de equipamentos, com oferta de vagas em hospitais de campanha, com contratação de profissionais. Não é só despesa com a obra, mas também com mobiliário. E a contratação de profissionais foi além das despesas

que nós já temos normalmente.

Por exemplo, foi mencionado pelo conselheiro tutelar o cartão alimentação. A despesa, pode parecer que não, com as famílias é maior do que seria com o fornecimento da alimentação escolar dentro da escola. Também foi questionado que outros benefícios poderiam ser temporariamente suspensos. É uma boa questão e nós pedimos auxílio – sem ironia – dos especialistas do setor financeiro, que façam uma análise. Também a Secretaria da Fazenda é muito rigorosa nas análises, o Tribunal de Contas do Município sempre questiona que o Município não consegue avaliar o verdadeiro impacto das renúncias fiscais, que não estabelece como forma de incentivo para novos investimentos. Então, é uma boa pergunta: que novos benefícios poderiam ser suspensos? A gente poderia analisar.

Também foi dito que o Brasil tem falado mais em redução do que em aumento de tributos, e é verdade. No Município mesmo, a gente ainda não conseguiu aprovar carência para o pagamento de IPTU, de ISS. Não é bem uma renúncia, mas sim poder postergar alguns pagamentos para pessoas que estão absolutamente estranguladas em sua capacidade de contribuição. Mas estamos com dificuldade de fazer isso exatamente porque há aumento de despesas. Então, temos de lidar com o aumento das despesas emergenciais, com uma redução na arrecadação pela queda da atividade econômica, e ainda com a necessidade de aliviar o pagamento de impostos municipais para os nossos contribuintes.

Eu imagino que a redução de tributos se aplica, de um modo geral, àqueles setores que estão estrangulados, com a sua capacidade contributiva reduzida, estão no prejuízo, com receita zero.

Quando a gente fala em aumento temporário, na verdade, a suspensão temporária de um benefício é de um setor que não está no prejuízo. Claro que a gente entende que algumas atividades dentro desse setor estão com dificuldades, a atividade das maquininhas, por exemplo. Ouvi uma notícia de demissão. Mas quando há demissão, isso, de novo, onera o setor público que vai ter de arcar, de alguma maneira, com a assistência e atenção a essas pessoas.

Sobre o fato de São Paulo estar disputando a sede de polos de empresas de *leasing* e assim por diante, sim é verdade, não é por outra razão que se concede redução na alíquota de ISS.

Mas eu pergunto: a suspensão temporária do benefício já resultaria nisso? Honestamente, se nós voltarmos à alíquota para o que seria o normal, os 5%, até o fim do ano, em medida emergencial, isso já compensaria para uma empresa do setor buscar outra sede e arcar com todos os custos que eu imagino que haja essa migração para outro endereço?

Muito objetivamente, se ao invés de suspender o benefício, ao invés de suspender parcialmente e passar de 2% para 4%, até o fim do ano, isso passaria, por exemplo, a fazer com que realmente não valha a pena uma empresa buscar outra sede?

É isso, Presidente, Vereadores e presentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora Soninha.

Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente.

A Vereadora Soninha fez uma colocação muito objetiva e importante. Acho que principalmente a Febraban pode levar muito em conta o que a Vereadora Soninha falou.

Presidente, eu gostaria de passar algumas informações importantes: onde encontramos os estudos para chegarmos ao projeto de lei que estamos debatendo? Estão no *site* da Câmara Municipal, no *link* projeto da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estão lá disponíveis para o acesso de todos.

No projeto da LDO, encontramos o Anexo, folhas 98 até 112, que trata das renúncias fiscais. Nesse Anexo que está público, que foi base de informação para a elaboração do projeto de lei, estão relacionados todos os setores com as devidas renúncias fiscais, qual foi a lei que originou e qual é o setor.

Esse documento apresenta, por exemplo, o setor de turismo que recebeu um benefício fiscal, baseado na Lei 16.757/2017, são 24 milhões, assim como há tantos outros nas

folhas mencionadas.

Os benefícios fiscais mais consideráveis são os das instituições financeiras, como eu disse, nesse item do cartão de crédito de *leasing*, que passa da ordem de dois bilhões de reais, por ano.

Essas informações são para as pessoas saberem onde estão as informações e quem tem renúncia na cidade de São Paulo.

O documento que traz todas as renúncias, como eu falei, estão contidos no Anexo, da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentária, que está disponível no *site* da Câmara, consta que de todas as atividades, a atividade que tem incentivo fiscal que não foi afetada pela pandemia é a das instituições financeiras, ou seja, que não foi afetada pelo Decreto de Emergência que fechou vários estabelecimentos.

Esse ponto é importante para dizer da informação que está pública sobre todas as atividades que têm incentivos fiscais. Lá é possível ver quais são os benefícios fiscais concedidos, quais os que estão em atividade que foram afetados e quais os que não foram afetados.

Por exemplo, sobre benefício fiscal: isenção de IPTU para aposentados. Está lá no quadro qual é a renúncia fiscal que a cidade de São Paulo concede para os aposentados. Dá para tirar isso? Não dá. Outro item é o benefício fiscal para instituições sem fins lucrativos que atuam na assistência social. Existe uma renúncia fiscal, dá para tirar isso? Não dá.

Portanto, deixando muito claro que toda condução da Comissão de Finanças foi muito baseada em dados, na condição de ser justa e equilibrada. Pode entrar no site da Câmara Municipal, está lá a LDO, dentro dela é só clicar no quadro anexo com todos os benefícios fiscais que são concedidos pela cidade de São Paulo e o quanto representa isso de renúncia fiscal.

Esse é o primeiro ponto para poder demonstrar, porque houve a fala, inclusive, do William Silva, sobre os impostos, o que vai e o que não vai aumentar.

Ninguém está aumentando imposto, nós estamos fazendo uma suspensão

temporária de um benefício fiscal que foi concedido. Esse é um ponto importante.

O Aduino Duarte, da Febraban, pessoa muito preparada e competente, mas me permito fazer um contraponto. Me incomodou muito porque ele sabe, assim como todos nós sabemos, que não é justa a colocação de que vai afetar para o consumidor final a suspensão do benefício fiscal.

É óbvio que quando nós demos 150% de redução do tributo municipal para essas instituições, elas não repassaram para o consumidor final. É justo dizer agora que se voltar ao normal vai ser repassado? Não é justo.

A Febraban nos manda um documento dizendo o seguinte: eu tenho aqui comprovado que quando vocês deram um benefício de redução de 150% dos impostos foi repassado para o consumidor final, aí a gente vai poder repensar; caso contrário, não. Senão nós estamos uma audiência pública que vai dar a impressão de que houve alguma ação aqui da Comissão feita de uma forma descompensada. Não foi.

Quando foi dado o benefício as instituições não repassaram, elas aumentaram os seus lucros. Estão nos balanços. Não vou me estender para não ficar duas horas falando. Graças ao setor financeiro que é competente, isso é importante para a economia da Cidade, do Estado e do País, a gente reconhece isso, por competência são instituições que apresentam lucros bilionários. Todo ano aumenta o lucro. Tem de ter o lucro, não somos contra o lucro. Apenas estamos falando que estamos num momento muito difícil.

Como a Vereadora Soninha relatou, assim como outros que participaram já relataram também, nós estamos num momento de aumento de despesa emergencial na casa de bilhões.

Ontem mesmo foi inaugurada mais uma unidade para tratamento, com 70 leitos, na UNISA, na zona Sul. Em contrapartida, a questão do desemprego está aumentando assustadoramente.

A Aesul participou, é uma instituição muito séria, em nome dela falou aqui o Dário Santos e o Vanildo Veras. Nós estamos recebendo, todos os 55 Vereadores, várias demandas

dessa associação e de tantas outras – cito a Aesul porque está aqui presente, mas há tantas outras. Pedem, encarecidamente, que pelo menos se suspenda o IPTU das atividades que estão fechadas. Estão lá, com as portas fechadas, tendo de pagar salário, tendo de pagar aluguel, tendo de pagar IPTU. Estão pedindo para que a Prefeitura suspenda o IPTU nesse período em que está fechado.

A Secretaria da Fazenda tem argumentado que não tem condições de dar esse benefício porque a arrecadação está caindo e a despesa está aumentando. Mais do que um pedido, estamos fazendo, aqui, um apelo para o setor financeiro entender a complexidade do momento que a Cidade está passando e entender que o que mais os Vereadores têm debatido na Tribuna Livre e estão recebendo de demanda é a solicitação de cesta básica, para comer, porque o autônomo, o profissional liberal, a diarista, a manicure, o pedreiro e o ajudante, que não têm uma carteira assinada, não estão conseguindo trabalhar por conta desse problema. Os comércios estão fechados.

As instituições financeiras estão trabalhando normalmente. Não foi afetado o setor. Então, é um setor que nós identificamos criteriosamente que pode agora fazer a contribuição de ter a suspensão temporária de um benefício fiscal que lhe é concedido. Falou aqui, já, o representante da FIESP. São setores que merecidamente ganharam bastante. É um período pelo que estamos passando.

Então, eu estou passando da minha fala, Presidente Antonio Donato, de fala técnica, como Vereador, para falar como ser humano. Talvez as pessoas não estejam entendendo aquilo por que estamos passando. Não estão entendendo aquilo pelo que as pessoas estão passando. Dizer que suspender o benefício fiscal por um período – que seja passar de 2% para 5%, em 2020, e para 4%, em 2021 – vai gerar um caos no setor financeiro não é justo com o cenário que temos, de dados das atividades, com o que a Cidade está passando. É um pedido, um apelo de compreensão, para podermos avançar nisso de uma forma não unilateral, mas de uma forma conjunta, de darmos as mãos.

A Febraban enviou carta aos Vereadores, falando que os bancos estão colocando

40 bilhões para ajudar o financiamento das folhas de pagamentos. Poxa, 85% desse valor é do BNDES! Não que não tenha a sua importância o setor financeiro na contribuição para esse item que destacaram tanto no seu documento, mas a informação está incompleta. Então, é importante termos essa informação mais completa.

Enfim, para não me estender demais, o projeto se baseia nas situações de benefício fiscal. Não existe aumento de alíquota. Eu, particularmente, não posso aceitar o argumento de que isso vai repercutir na máquina, no final, porque, como eu já disse, quando demos o benefício, não repercutiu lá, no final. Não houve a redução do percentual, lá, para o consumidor final.

Então, é um momento delicado. É um momento de compreensão. É um momento de fazer as ações acertadas e estar baseado na planilha de renúncias fiscais que está lá, na LDO, disponível no *site* da Câmara Municipal. A Cidade precisa muito ter esses recursos para poder, inclusive, dar assistência à questão da Saúde, considerando que tantos precisarão dos serviços do Poder Público Municipal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todos. Cumprimento todos em nome do Presidente Antonio Donato. Cumprimento, também, todos que estão participando e as entidades, em nome da Aesul, a importante Associação Empresarial da Região Sul, e em nome de seu Presidente Dário e do Vanildo, com cuja participação contamos. A essa entidade sou associado, assim como o Vereador Ricardo Nunes.

Quero salientar alguns pontos, Sr. Presidente. Muito em cima de algumas falas que foram feitas aqui, acredito que o meu posicionamento é bem semelhante ao do André, representante da FIESP, se não me engano. Só quero fazer uma observação sobre o discurso do André, na questão da decisão política, nessa questão do fechamento de comércios. Acho que não é uma decisão política. É uma questão de Saúde Pública. Seria melhor utilizar desse

ponto, para que não tenhamos nenhuma outra questão.

Contudo, diretamente, sobre o projeto, Sr. Presidente, eu acho que todos os apontamentos aqui feitos, principalmente pelos Vereadores, são pertinentes e é muito importante que possamos ouvir a entidade que representa as instituições financeiras. Acredito que estejam todas representadas pela entidade que participa desta audiência pública, mas, como o Vereador Ricardo Nunes disse, quando houve esse possível benefício, não sentimos e não foi dito que houve algum benefício para quem estava na ponta. Porém, agora, com o aumento, como é que vai ficar isso, aí? Eu não acredito que os bancos irão tirar dos ativos deles, dos que já temos conhecimento e vemos aqui, nos dados apresentados. Então, é muito importante que vejamos isso.

Por outro lado, também, há o acesso que as instituições financeiras deveriam dar, uma maior facilidade ao crédito para todos esses consumidores de que estamos tratando, aqui. A nossa maior atenção se dá aos consumidores e, principalmente, neste momento de pandemia, aos micro, pequenos e médios empresários, que estão, em sua maioria, com as portas fechadas. Eles estão tentando fazer de toda e qualquer forma a manutenção do emprego, mas, sem o crédito, com certeza, eles não terão sucesso nessas tentativas.

Então, eu acho que é isso. Como é que vai ser feito? Até a Febraban, com certeza, vai participar, aqui, mas como é que isso será feito em um possível fim desse benefício, mesmo que temporário, para não falarmos em aumento? É importante que eles coloquem essa posição para que possamos realmente definir a posição de toda a comissão, em que são todos autores e coautores desse projeto. Que possamos levar, também, aos nossos pares, uma possível votação. É isso, Sr. Presidente. A minha preocupação é com os consumidores e, principalmente, com os micro, pequenos e médios empresários.

Só para voltar a falar da Aesul, acabei deixando passar que o Vanildo falou de alguns documentos que ele passou para a Câmara toda. Inclusive, temos, já, na Câmara, diversos projetos tratando sobre esse assunto que ele apontou, de minha autoria e tenho certeza de que há de outros Vereadores. É importante que tratemos, realmente, de toda

matéria tributária no Município.

Muito obrigado. Um grande abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart. Eu também me inscrevi e aproveito para perguntar se mais algum Vereador quer se inscrever, porque nós vamos encerrar as inscrições, para cumprir o horário das 11h.

Quero falar duas coisas, rapidamente. A primeira é dialogar com o André, colega de curso, como ele mesmo disse no começo da apresentação – ele, com muito mais sucesso como economista –, sobre a consequência dessa crise. Como foi dito pelo Vereador Rodrigo Goulart, não foi uma escolha política fechar os estabelecimentos e procurar o isolamento social. Ainda que seja uma escolha política, a outra escolha seria deixar centenas de milhares de pessoas morrer. Não há alternativa no momento. Enquanto não se chegar a 70% de contágio da população brasileira, 147 milhões de brasileiros – e 1% desses 147 milhões morrerá, pelas taxas de mortalidade do vírus em todo o mundo –, significaria ter um milhão e meio de mortes no Brasil, se nada fosse feito. Então alguma coisa precisava ser feita.

Então me parece que o isolamento social - e eu até defendo medidas mais duras -, enfim, é uma escolha entre a vida e a morte. Chamar isso de uma escolha política é reduzir o problema. Mas fruto dessa crise, vamos precisar de mais Estado, no mundo todo se chegou a essa constatação. Vai precisar de mais assistência, vai precisar implantar uma renda básica universal. Isso está sendo discutido no mundo inteiro, porque aqui se usa os argumentos de que o mundo todo está baixando imposto. A gente poderia discutir a estrutura tributária do mundo inteiro e ver quem paga imposto no mundo inteiro. De que maneira o sistema financeiro é tributado em outros países, porque aí faríamos uma discussão mais completa. Mas como a gente vai precisar de mais Estado, a gente vai precisar de mais recursos. Isso é inexorável.

Tenho aqui um artigo da *Folha de S.Paulo* da semana passada, do dia 6 de maio, que diz o seguinte: “Vamos precisar de aumento temporário de impostos para pagar a crise do coronavírus...”, diz o economista-chefe do Banco Itaú, Mário Mesquita. O economista-chefe do Banco Itaú defende que tem de ter um aumento temporário de impostos. E é justamente disso

que estamos falando. E para quem nós vamos aumentar o imposto? Para o setor que mais ganha, que mais lucra no Brasil. Os quatro maiores bancos no ano passado tiveram um lucro de 80 bilhões de reais. Lucro, lucro de 80 bilhões de reais. É maior do que o orçamento da Prefeitura de São Paulo, que vai ter muita dificuldade em passar dos 60 bilhões.

Agora, o argumento todo da Febraban, com todo respeito, é que a gente tirou o benefício fiscal desses serviços, ele será automaticamente repassado para o consumidor. Então para a Febraban, inclusive, nem sei por que ela se esforça tanto, porque se vai ser repassado para o consumidor, ela vai ter uma visão teórica do problema, mas o problema não é dela. E eu acho que o problema tem que ser do sistema financeiro, tem de ter a sua contribuição, como falou o Vereador Ricardo Nunes aqui.

Em maio, eu não sei qual é a taxa de lucro de cada serviço desse, mas se ela for 10%, vai cair temporariamente para 7%, 8%, isso não repassando para o consumidor. Agora, se repassar para o consumidor, você mantém a taxa de lucro, que gera esses lucros altíssimos que o sistema financeiro tem no Brasil. Aliás, o sistema financeiro já foi beneficiado por uma série de medidas do Governo Federal que vão para casa de trilhão de reais de fundo garantidor, enfim, de uma série de mecanismos. Ninguém quer que banco quebre. A gente sabe que isso é disfuncional para a economia e que algum aporte tem de ser feito, mas é impressionante como sempre é uma mão única. A gente nunca faz a conversa completa.

Então, nesse sentido, quero defender o projeto, acreditar que a gente sempre pode trabalhar para melhorá-lo, aperfeiçoá-lo, mas o princípio colocado é que neste momento emergencial um benefício fiscal, que como disse a Vereadora Soninha, o TCM argumenta sempre que benefícios fiscais no Brasil são dados, aí sim, por pressão política, por trânsito político e pouco por estudos que de fato aquele benefício vai promover e vai produzir o resultado esperado.

Então é nesse sentido que a gente espera que esse projeto possa tramitar, é evidente que tudo que foi dito aqui na audiência pública tem de ser levado em conta. E a gente estará estudando e conversando com os demais membros da Comissão e com todos os

Vereadores no sentido de aperfeiçoar o projeto. Mas o princípio que a gente colocou é bem simples e o Vereador Ricardo Nunes explicou bem. Quais os benefícios fiscais que existem na cidade de São Paulo? E quais os setores que podem dar uma contribuição a mais sem desestruturar esse setor? E me parece que o setor financeiro é o número um da lista, por isso que a gente está tratando dele nesse projeto.

A Vereadores Janaína Lima se inscreveu agora. Então, com a palavra, Vereadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente Donato. Queria saber se vocês estão me ouvindo, porque a minha internet teve alguns problemas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Ouvimos bem.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Então, está ótimo. Primeiro quero agradecer pela possibilidade de a gente debater um tema tão importante na nossa cidade quanto essa crise. Eu acho que é muito importante a gente entender e explicar para o cidadão, que está nos acompanhando, os impactos de uma eventual decisão desta Casa.

Mas eu quero fazer isso logo depois de cumprimentar todas as instituições que vieram aqui e colocaram o seu ponto de vista, em especial os cidadãos que participaram. A gente teve a participação da FIESP, da Febraban, da Aesul, de pessoas importantes, inclusive também teve o William, representando todo o setor de *fintechs*, que trouxe posicionamentos muito importantes, argumentos relevantes contribuindo com o enriquecimento deste debate.

Como eu estava falando, quero cumprimentar pela fala o Presidente Donato, a Vereadora Soninha e o Vereador Ricardo Nunes, que é o autor dessa iniciativa e que é um Vereador que se destaca bastante na Casa por sua atuação na Comissão de Finanças. No entanto, eu gostaria de pedir licença ao Vereador para me posicionar contrariamente à proposta apresentada por ele. Porque essa medida, embora ela venha com um caráter de suspensão de benefícios fiscais concedidos a todos os setores financeiros, ela vai ter um aumento da carga tributária para esse setor. Inevitavelmente essa é a consequência. Porque hoje esse setor paga 2% e vai passar a pagar 5% não só nesse período de emergência. Isso

se estende até 2021.

Mas é importante a gente aqui consignar - e que é um ponto que não está sendo considerado na fala – é que o princípio da anterioridade, até batizado no meio tributário como princípio da não surpresa tributária, não está sendo considerado. E quando a gente fala no princípio da não surpresa tributária, ainda se inclui o princípio da anterioridade nonagesimal, que também não está sendo considerado.

A gente assistiu muito recentemente, porque alguns estão buscando exceções previstas na Constituição Federal e tentando enquadrá-la em situações atípicas do que está previsto na Constituição Federal. A gente assistiu por argumentos jurídicos diferentes, mas que foi questionado no Judiciário, o salário dos funcionários da Assembleia Legislativa e que foi revisto.

Então eu espero de verdade que esta Casa não insista nessa proposta, tendo em vista que o setor financeiro é o que mais tem contribuído na superação dos desafios do poder público neste momento de crise. Somente o setor financeiro, somando todos os esforços desse setor, já é possível identificar quase dois bilhões de reais em doações. Sem contar a linha de concessões de crédito para Santas Casas, um significativo valor, um aumento significativo da concessão de crédito. Então, se a gente fizer um comparativo entre 2019 e 2020, no ano completo de 2019, foram 230 bilhões destinados com essa finalidade, em 2020, não chegamos nem na metade do ano e já está no valor de 330 bilhões: financiamento para folha de pagamento, que o Ricardo Nunes fez as suas considerações, então é um absurdo, nesse momento de crise, em que o que na verdade nós deveríamos estar discutindo com esse setor é exatamente o ponto trazido pelo Vereador Rodrigo Goulart, em que ele fala que precisamos garantir acesso ao crédito dos pequenos e médios empreendedores, que estão à deriva, a mercê, e não estamos vendo o mesmo esforço desta Casa no sentido de buscar alternativas para garantir crédito a essas pessoas, no sentido de agora a gente querer achacar o setor financeiro, num aumento tributário injustificado.

Então nesse sentido é importante a gente lembrar que a economia parou, o que a

gente tem que se debruçar aqui nesta Casa é que precisamos garantir mais prazos para as pessoas pagarem os impostos. É isso que nós deveríamos estar garantindo, o afastamento de juros e multas, já que a Prefeitura não considerou o pedido de vários Vereadores desta Casa, inclusive consignados em vários projetos de lei do Vereador Rodrigo Goulart, Aurélio Nomura, eu mesma apresentei, Police Neto, uma série de Vereadores apresentaram medidas que poderiam favorecer os pequenos e médios empresários. Este é o momento de ter uma presença maior de apoio do Estado para que essa injeção pública possa minimizar os efeitos dessa pandemia.

No entanto essa crise de saúde tem duas dimensões e a dimensão da economia não está sendo considerada. A gente não pode matar... pelo menos um mínimo de funcionamento da economia tem que estar de pé e o que a gente precisa é garantir a suspensão dos parcelamentos, por exemplo, os empresários que aderiram ao PPI terem uma suspensão dessas mensalidades, durante esse período. É exatamente o que V.Exa., Donato, apresentava em todas as Comissões de Administração Pública, mostrando que o caixa da Prefeitura tinha recursos, é agora que a hora que a sociedade espera. Mas não basta só achar que a injeção de recursos públicos vai resolver todos os problemas. A gente precisa atrair investidores, a dinâmica da economia da iniciativa privada precisa estar acontecendo, para que a gente consiga dar uma resposta a essa segunda dimensão, que é a crise econômica, que a gente possa superar sem ter desemprego em massa.

Então temos outra coisa que poderíamos estar batalhando em termos de buscar com outras esferas. Se muitas empresas pudessem fazer a troca de garantias processuais, liberando depósitos judiciais, o seguro garantia que está lá consignado em vários processos, também aliviaria. A redução das obrigações acessórias dos impostos municipais é importante a gente desburocratizar, tornar a nossa legislação de obrigações acessórias mais simples.

Então o impacto, caso nenhum desses pontos sejam considerados, o que é que a gente vai ter? Um aumento que não vai só impactar o comércio, o consumidor final vai ser atingido. Não adianta a gente ficar aqui com ilusão achando que o setor financeiro vai absorver

esses recursos, esse aumento de tributo, não vai. O efeito cascata será inevitável porque haverá um repasse desse custo por meio de taxa. Temos que retomar a economia, recuperar o emprego, e não é o momento de aumento de custos tributários para as empresas. A carga tributária no Brasil já possui um caráter confiscatório, chega de impostos, precisamos garantir um fôlego e não o estrangulamento do setor financeiro. Não adianta achar que está dando um remédio errado e matar o paciente ao invés de ajudar a solucionar o problema. Por mais soluções e menos problemas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Tem a palavra o Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX - Quero cumprimentar todos, parabenizar por esta audiência e dizer que a Comissão de Finanças está dando exemplo para a cidade de São Paulo, mas quero lembrar a todos que, como relator da CPI dos Grandes Devedores, eu sou favorável a esse projeto. O meu partido vai trabalhar favorável a esse projeto.

As instituições financeiras são as que mais lucram na nossa Cidade e no País, portanto, mandamos o relatório final da CPI dos Grandes Devedores e incluímos grandes instituições financeiras, grandes bancos devendo para o Município de São Paulo. Então, se eles pagassem as suas dívidas; num momento como esse, nós teríamos caixa para socorrer os mais necessitados da nossa Cidade, que procuram a ajuda do poder municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Isac Felix. Vou passar a palavra por um minuto para o Vanildo, um minuto para o André, um minuto para o Aduino e depois para o Ricardo Nunes, que sei, também vai querer um minuto. Então, para as considerações finais, Vanildo com a palavra.

O SR. VANILDO VERAS – Presidente, mais uma vez agradecemos, em nome da Aesul. Quero colocar a nossa preocupação em relação a tudo que foi dito. Nós sabemos que ao final do dia essa conta efetivamente será repassada ao consumidor. Não temos garantia, não há garantia de que não será repassada, como o próprio Vereador disse que no momento

onde o benefício... também não existe uma comprovação de que foi reduzido. Nós não temos garantia de que não será repassado agora e que também não será retirado depois, se houver a volta do benefício.

Nós sabemos que as instituições financeiras são altamente lucrativas, e mesmo nesse momento tão especial sabemos também que elas concedem empréstimos consignados, para a pessoa receber o salário, cobrando de 20% a 25% ao ano. Então, falta também um olhar humanitário para esse momento por parte das instituições. Embora elas estejam contribuindo de forma efetiva, com parte de 15% dos empréstimos para a folha de pagamento, elas correm risco sobre apenas 15%.

Agora, a própria Vereadora falou das leis, dos princípios constitucionais. A lei é muito rígida, muito dura. Nós temos uma lei com princípios de humanidade, os quais precisam ser respeitados neste momento. Ao encontro disso, nós temos os pleitos da Aesul, todos eles direcionados para os empreendedores no sentido de que sabemos que os empreendedores serão aqueles que vão retomar de fato o movimento econômico do Brasil e contribuir com o País. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vanildo. Com a palavra, André, por 1 minuto.

O SR. ANDRÉ REBELO – Obrigado, Presidente. Eu só queria ressaltar que o mundo, depois da pandemia, depois da quarentena, não vai ser o mesmo mundo que conhecíamos até fevereiro. E é por isso que insisto em que a gente deva olhar tudo de uma maneira diferente. Hoje no Brasil inteiro o setor privado está olhando no sentido do que se pode cortar, do que fazer para poder sobreviver a essa situação, e o setor público tem que fazer igual. Quando digo “fazer igual” é no sentido de que temos que rever tudo o que é feito e de fazer de uma maneira nova; rever olhando essa nova realidade. Viveremos uma recessão forte esse ano, o setor privado está bem mais pobre, terá bem menos condição de contribuir com o setor público, embora devamos precisar mais do Estado, que é o que o Presidente disse na sua fala. Concordo também: precisamos de mais Estado, mas, ao mesmo tempo, teremos

menos setor privado para pagar imposto. Então, o esforço tem que ser dobrado, e é por isso que insisto em que precisamos rever tudo. Da mesma forma como a família que perde uma fonte de renda, para e discute todos os gastos, temos que olhar e falar: “Isso não pode”, “Isso não pode”, “Isso não pode”; senão, ficaremos do mesmo jeito que estávamos antes, e nada poderá ser cortado. Conclusão: não vamos conseguir atender os novos desafios.

E quais são os novos desafios depois da pandemia? Precisamos de um Estado que faça mais pela sociedade, para uma sociedade que está menor, mais pobre e com menos recursos com que contribuir. Esse é o desafio, e é isso que precisamos olhar daqui para frente. Se formos olhar o Estado como era antes e ainda precisando fazer mais do mesmo jeito, não caberá na equação dos recursos disponíveis para a sociedade.

Obrigado, Presidente. Obrigado a todos os que me ouviram, aos Vereadores, aos convidados, e parablenzo a todos por esta iniciativa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, André. Tem a palavra o Sr. Adauto Duarte, por 1 minuto.

O SR. ADAUTO DUARTE – Obrigado, Presidente. Nessas considerações finais, não vou fazer comentários sobre tributo para o setor financeiro porque nós veremos neste 1 minuto, novamente, que esse não é o tributo do setor financeiro; infelizmente, é um tributo que está sendo decidido para o próprio consumidor final e para o portador de maquininha.

Inicialmente, na Lei Complementar 157, o legislador constitucional entendeu que esse tributo é de 2% a 5%. Portanto, não é um benefício fiscal, e sim um tributo que você fixa entre 2% e 5%. E por que ele é de 2% para a saúde? Por que ele é de 2% para a educação? Pelo mesmo motivo pelo qual ele é de 2% em todo o Brasil para os concorrentes das empresas instaladas aqui que têm um cartão ou que mexem com leasing *etc.* pelo seguinte motivo: porque ele afeta todos os consumidores. Ele é um tributo do consumidor, porque é um tributo do portador da maquininha. O tributo incide sobre a taxa cobrada de quem? Do portador da maquininha. Tributa-se o quê? A anuidade do portador do cartão. De qual cartão? Do cartão da empresa aérea, de quem é o portador da maquininha. Esse é um tema importante.

Outra coisa que é muito importante: ele também vai para as *fintech*. Ao decidir isso aqui, como ele vai para o portador da maquininha, se aprovado esse projeto, estaríamos decidindo que, durante esse período em que as pessoas estão em casa, o preço do remédio vai ser mais caro, assim como da máscara, do álcool em gel e do alimento. Salvo se o portador da maquininha disser à pessoa: “Pague em dinheiro”, que aí não tem esse tributo; ou se o portador da maquininha disser: “Usa essa outra maquininha, porque ela é da maior parte do mercado que fica fora de São Paulo”. E quando as lojas abrirem, se a Saúde permitir – e esperamos que em pouquíssimas semanas, pouquíssimos dias a saúde melhore, assim como a proteção e o controle -, aquele portador de maquininha que não faz remédio, máscara, álcool em gel e alimento, mas que vende a roupa, o sapato, o corte de cabelo, o serviço do salão, que ele possa não precisar falar que a pessoa pague em dinheiro. Que ele não precise ter a maquininha para falar: “Não, fature para uma empresa que está fora da cidade de São Paulo”. Que ele possa dizer o seguinte: “Use a maquininha, porque o tributo é o mesmo para todos”. Então, é um tributo do portador de maquininha, não há repasse algum nisso.

Aproveito, Presidente, para parabenizar todos os Vereadores pela iniciativa de promover esta audiência pública. Quando quiserem tratar de temas do setor financeiro, viremos; mas este é um tema do consumidor, e não podíamos fugir ao convite para estarmos aqui dialogando sobre isso. Estaremos sempre abertos ao diálogo sempre que vocês assim decidirem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Adauto. Vereador Ricardo Nunes, por 1 minuto, e já iremos para o encerramento, pois temos que começar a reunião ordinária da Comissão de Finanças.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. Rapidamente, quero agradecer a participação de todos. Deixo registrado meu repúdio veemente à fala da Vereadora Janáina ao atacar esta Comissão usando uma palavra muito dura - que tenho certeza de que ela vai rever e se desculpar, pois conheço seu caráter – ao dizer que nós estamos achacando. Talvez ela não tenha se apercebido da gravidade do que ela disse.

Quero dizer ao Adauto que não existe nenhuma dúvida com relação a estarmos tratando de um benefício fiscal, que foi dado pela Lei 16.757 de 14 de novembro de 2017 e pela lei de 2011. Votamos essa lei concedendo benefício fiscal, e, como eu disse, consta do quadro de renúncia fiscal da Prefeitura de São Paulo, que está disponível no *site* da Câmara Municipal, dentro do projeto da LDO, no anexo de renúncias fiscais.

Outra Vereadora falou sobre a anterioridade. Lembro que estamos em um estado de calamidade pública e se trata de uma suspensão temporária. O projeto de lei prevê duas situações, destacadas por artigos: a suspensão da renúncia fiscal neste ano, de 2% para 5%; e no ano que vem, de 2% para 4%. Portanto, eu não acredito, mas se eventualmente a Febraban judicializar, pode até cair. Não acredito, mas pode acontecer com relação a este ano.

O projeto prevê uma arrecadação de 1 bilhão para este ano e de 2 bilhões para o ano que vem, que será muito importante para a cidade de São Paulo.

No mais, estamos muito tranquilos com relação à condução dos trabalhos, com relação ao levantamento dos dados, com relação a uma ação justa, que atinge um setor que está ativo, que tem capacidade contributiva. Lembramos que a grande maioria, 90% dos setores que estão fechados por conta do decreto de calamidade pública estão todos na alíquota de 5%. Então, setores que estão na alíquota de 2%, com incentivo, podem dar essa contribuição.

Agradeço a todos e quero dizer que estamos muito tranquilos com relação à proposta, e vamos, com certeza, trabalhar na Casa para que ela seja aprovada, tendo em vista sua necessidade e importância para o momento. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, e havendo a necessidade de abertura de reunião ordinária da Comissão de Finanças, declaro encerrada a presente audiência pública.